

RECEP GM/MJ
02/018/96.2
01
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

DI.
SIAPRO
LC/CE56/MJ
08000.017010/96-24

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO
DA DE BELEM, 108
Juiz de Direito em exercício
MERO LONGMAN
Esposas
MARGIO LONGMAN
da substituição
FATIMA VIEIRA
do substituído

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Ene...
Estado Pernambuco
Pessoas Naturais
REGISTRO
Uma Zona Judiciária, em virt
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

Segundo a versão oficial, Chico morreu em São Paulo (SP), no dia 05/11/1971, após enfrentamento com agentes do DOI-CODI/SP na rua Turiassu, zona oeste da capital paulista. Comunicado dos órgãos de segurança informou que, no tiroteio ocorrido, teria sido baleado na perna o delegado Antonio Vilela, que servia naquele DOI. Conseguiu escapar do cerco policial a militante do MOLIPO Maria Augusta Thomaz, que relatou a seus companheiros de clandestinidade ter visto Francisco sendo atingido por disparos dos policiais. Ela também seria morta em 1973 e seu nome integra a lista de 136 desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95 .

Antes do exame da documentação sobre o caso no processo formado junto à CEMDP, os familiares denunciavam que Francisco José tinha sido morto naquela rua, alvejado por uma rajada de metralhadora nas costas, quando tentava fugir. Enterrado com nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram colocados na vala comum descoberta em 1990, conforme já mencionado neste livro-relatório. Existe a possibilidade de que corresponda a ele uma das ossadas que aguardam identificação científica a partir dos exames de DNA, sob os cuidados da CEMDP.

O laudo de necropsia foi lavrado com o nome falso de Dario Marcondes, sendo assinado pelos legistas Mario Nelson Matte e José Henrique da Fonseca, que descrevem vários tiros, entre eles um que provavelmente abateu Francisco: o projétil penetrou na região lombar, linha média, contornou a coluna, lesou alças intestinais delgadas e se alojou na parede anterior do abdômen, ao nível da cicatriz umbilical. A relatora do processo na CEMDP destacou que o laudo registra ainda outros seis tiros, sendo digno de nota um que sugere ter sido disparado quando Francisco já estava abatido: o projétil penetrou no ângulo nasogeniano esquerdo, lesou a língua, desceu por diante da coluna cervical, passou por trás da clavícula esquerda e se exteriorizou na região axilar direita.

Contradição flagrante foi detectada na comparação entre esse laudo, que não descreve edemas e escoriações no rosto, queixo, olho direito e pescoço, e a foto do IML onde esses sinais estão perfeitamente visíveis. Além disso, o laudo está lavrado com nome falso, embora haja anotações ao lado com a identidade verdadeira. A requisição de exame ao IML, marcada com um "T" (terrorista) em vermelho e registrada como homicídio, foi feita em nome de Dario Marcondes, apesar de ter sido fichado e fotografado, conforme requisição encontrada no DOPS, com a data de 5 de novembro, 16 horas.

No verso da requisição, a data de entrada no necrotério é do dia 4, às 20 horas. Seu corpo, portanto, teria dado entrada no IML, sem roupas, antes da data da morte no suposto tiroteio, mas teria saído para o Cemitério de Perus às 10h do dia 06/11. A mesma requisição de exame foi encontrada no DOPS com o nome verdadeiro – Francisco José de Oliveira, vulgo Amaro – e sem a identificação da ocorrência de homicídio.

A relatora na CEMDP ponderou em seu voto que Francisco dera entrada no necrotério quase 24 horas antes de ser morto, com nome falso e fotografado como desconhecido, apesar de identificado pelos órgãos de segurança. Concluiu pela evidente tentativa de ocultação da prisão, tortura e morte, votando pelo deferimento, no que foi acompanhada pelos demais integrantes da Comissão Especial, com exceção de um voto discordante.



FLÁVIO CARVALHO MOLINA (1947-1971)

Número do processo: 018/96

Filiação: Maria Helena Carvalho Molina e Álvaro Andrade Lopes Molina

Data e local de nascimento: 08/11/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 07/11/1971 em São Paulo

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/01/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/01/1996

Flávio foi o quarto militante morto, em poucos dias, do referido grupo de 28 integrantes do MOLIPO. A data mais provável de sua prisão é o dia 06/11/1971, mas seus companheiros na organização clandestina tinham perdido contato com ele, em São Paulo, desde o dia 4. Somente no ano seguinte a imprensa divulgou as primeiras informações provenientes dos órgãos de segurança dando-o como morto.

Apaixonado por camping, alpinismo e música clássica, Molina nasceu no Rio de Janeiro, onde cursou o primário nos colégios São Bento e São José. Despertou precocemente para a militância política, quando cursava o científico no Colégio Mallet Soares. Em 1968, era calouro na Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, quando foi preso durante a histórica investida repressiva das forças policiais, na sexta-feira 21 de junho, que ensejou a reação popular da Marcha dos Cem Mil, cinco dias depois. Naquela data, foi invadido o campus onde Molina estudava e centenas de jovens como ele foram levados presos para o antigo campo de futebol do Botafogo, ao lado do Hospital Rocha Maia, onde foram fichados.

Em 1969, já denunciado perante a Justiça Militar no Rio de Janeiro, Molina fez opção pela luta clandestina contra o regime militar, passando a militar na ALN. Seguiu para Cuba em novembro daquele ano, de onde voltou em meados de 1971. Enviou regularmente notícias à família até 1970. Em agosto de 1972 os jornais publicaram referências genéricas à morte de Flávio, mas sem qualquer informação adicional. Sua família procurou as autoridades, tentando saber onde estava enterrado, mas foi em vão. A própria Justiça Militar sustentou que a notícia era infundada e Flávio continuou a ser processado como revel. Seu nome foi excluído dos autos apenas na data do julgamento, quando foi extinta sua punibilidade por morte, a partir de informação prestada pelo então diretor geral do DOPS, Romeu Tuma. Mesmo assim, a família não recebeu qualquer notificação oficial confirmando a morte e informando o local de sepultamento.

Somente em julho de 1979, através da localização, pelo Comitê Brasileiro de Anistia/SP, da documentação contendo essas informações, os familiares tomaram conhecimento inequívoco da morte de Flávio. O ofício localizado era datado de 07/08/1978, sendo endereçado ao Juiz Auditor e assinado por Romeu Tuma. Trazia em anexo o atestado de óbito, lavrado com a identidade de Álvaro Lopes Peralta. O delegado assumia a prisão de Flávio ao informar ao Juiz que, por ocasião do "estouro do aparelho" onde havia sido preso José Roberto Arantes, teriam localizado manuscrito de encontro com André, que, na verdade, era Álvaro Lopes Peralta ou Flávio Carvalho Molina, preso no dia 06/11, na rua Agostinho Gomes. Informa também que, ao ser "ouvido", André declarou ter um encontro na Rua Padre Marchetti, no Ipiranga, em São Paulo, às 13 horas do dia 07/11. Levado ao local pelos agentes policiais, teria tentado fugir e sido baleado mortalmente.

Enterrado no dia 9 como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram exumados e transferidos para a mencionada vala clandestina alguns anos depois. A requisição de exame necroscópico no IML/SP, com a identidade falsa de Álvaro Lopes Peralta, já estava associada à verdadeira identidade. Em documento dos arquivos do DOPS/SP constam todos os seus dados, nomes falsos e codinomes. Ofício do CENIMAR nº 0396, de 13/07/70, também informa que ele usava o nome falso de Álvaro Peralta – tudo comprovando que o sepultamento com outra identidade foi intencional, para acobertar as reais circunstâncias de sua morte.

De posse de documentos oficiais, em outubro de 1979 a família abriu processo exigindo retificação de assentamento de óbito e a reconstituição de identidade, ganhando a causa em 1981. Em 09/10/1981, ao buscar os restos mortais de Flávio, a vala comum do Cemitério de Perus foi aberta para a família, que constatou ser impossível identificar a ossada de Flávio naquele momento. Mas não desistiu de resgatar seu corpo. Somente com a abertura da Vala de Perus, em 04/09/1990, um conjunto de ossadas pode ser transferido para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp.

O processo de Flávio foi levado à votação na primeira reunião da CEMDP, obtendo deferimento unânime. Passados 15 anos da abertura da vala clandestina de Perus e depois de várias tentativas de extração do DNA, os restos mortais de Flávio Molina foram finalmente identificados pelo Laboratório Genomic, de São Paulo, em setembro de 2005, para onde tinham sido enviados pela Comissão Especial. Esse foi o primeiro passo para a constituição do Banco de DNA dos mortos e desaparecidos políticos, efetivado em 2006.

Em 10/10/2005, um ato público no auditório da Procuradoria da República, em São Paulo, marcou a entrega da urna com os restos mortais de Molina ao seu irmão, Gilberto.